



Anais da Assembléia

N.º 166

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1976.

ANO II

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 256ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1976)

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho (49), achando-se ausentes os Senhores Deputados Leopoldo Jacomel, Basílio Zanusso, Egon Pudell, José Domingos Scarpelini, Luiz Carlos Zuk (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os números 215, 216, 217, 218, 219, 220 e 221/76, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sido sancionado os Projetos de Lei números:

84/76 — Do Senhor Deputado Quielse Crióstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo doar ao município de Bocaiúva do Sul, os bens de propriedade do Estado que compõem a Usina Hidroelétrica de Tunas, entregues à responsabilidade daquele município, pela administração de Recursos Hídricos, o qual convertido em Lei tomou o número 6841. — **Agradeça-se.**

110/76 — Oriundo de Mensagem Governamental número 119/76, que encaminha anteprojeto de Lei que objetiva fixar o soldo do Posto de Coronel da Polícia Militar do Estado e os vencimentos dos cargos de Delegado de Polícia de 1ª Classe, e substitui a tabela de escalonamento vertical prevista no Art. 118, da Lei número 6417, de 03/07/73, o qual convertido em Lei tomou o número 6839. — **Agradeça-se.**

111/76 — Oriundo de Mensagem Governamental número 121/76, encaminha anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a despesa com o fundo estadual de Previdência do Parlamentar — FEPPA, o qual convertido em Lei tomou o número 6840. — **Agradeça-se.**

104/76 — Do Senhor Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Santo Inácio de Loyola, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 6838. — **Agradeça-se.**

102/76 — Do Senhor Deputado Adalberto Daros, que declara de utilidade pública a MONTESPREVI — Sociedade Previdenciária, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o número 6844. — **Agradeça-se.**

113/76 — Do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — “São Sebastião”, com sede na cidade de Clevelândia, o qual convertido em Lei tomou o número 6845. — **Agradeça-se.**

100/76 — Oriundo de Mensagem Governamental número 107/76, referente a proposta de Orçamento Plurianual de Investimentos do Estado, para o período trienal de 1977/79, o qual convertido em Lei tomou o número 6842. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei número 147/76, oriundo de Mensagem Governamental número 165/76, que visa uniformização da alíquota do ICM.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, dispensa de publicação na Ordem do Dia, dos Pareceres da Comissão de Finanças e C.O.P.T.C. dos seguintes Projetos de Resolução números: 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 325, 344, todos 76.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a inscrição na Ata dos trabalhos da Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FERDINANDO PEREIRA, comerciante cheio de virtudes, residente em União da Vitória, onde seu desaparecimento deixa lacuna que, dificilmente, será preenchida.

Requer, ainda, que da aprovação do presente requerimento se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1976.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições

que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje, nesta Capital, do Sr. Fernando Ribas, membro de tradicional família paranaense e sogro dos funcionários desta Assembléia Legislativa, respectivamente, Senhores Ênio Medeiros e Ataíde Taborda Mendes.

Requer-se outrossim, que da decisão da Casa, uma vez aprovado o presente, seja dado conhecimento à família enlutada, através dos supra-mencionados servidores deste Poder.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A "Gazeta do Povo", jornal de tradição e pioneiro em iniciativas que visam valorizar as coisas paranenses, empreende mais tarefa de significação impar para a classe política de nossa terra.

Inicia o matutino uma série de artigos sobre a política em terras araucarianas da lavra do perspicaz jornalista Emir Sfair. "Trinta Anos de Política no Paraná" tem uma missão não somente de oferecer dados, depoimentos, fatos e acontecimentos políticos, mas igualmente demonstrar que a terra dos pinheirais não é tão escassa em vultos eméritos como se tem afirmado frequentemente.

As reportagens do brilhante jornalista, cuja publicação começou em data de hoje, certamente serão excelente subsídio para os historiadores da nossa terra, pois como afirma o articulista não pretende escrever história, mas pôr à luz do dia, os principais eventos dos últimos trinta anos.

O Deputado que o presente subscreve, com respaldo no Regimento Interno e com apoio do Plenário, requer a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa, um voto de louvor ao jornalista e um voto de aplausos ao jornal "Gazeta do Povo" pela iniciativa de publicar a matéria.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a transcrição na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, do texto de Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em data de 10 de dezembro do corrente, completou seu 28º ano de vigência.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer com a provação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo-lhe que solicite a este Poder a inclusão dos projetos que tramitam nesta Casa, em regime de urgência, entre as matérias a serem apreciadas durante este período de Convocação Extraordinária.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Usando de faculdade que lhe foi outorgada pela Constituição Estadual, o Exmo. Senhor Governador do Estado, houve por bem, convocar esta Assembléia Legislativa para um período extraordinário.

Todavia, por falta de matéria para ser incluída em Pauta, a sessão de sexta-feira, próxima passada, deixou de ser realizada. Na Ordem do Dia de ontem, constou apenas um Projeto de Lei para ser apreciado. Sobra-nos tempo, portanto, para incluir entre a matéria a ser apreciada neste período de Convocação Extraordinária, alguns projetos que estão tramitando em regime

de urgência.

Incluindo a matéria desses projetos na Convocação, Sua Excelência estará contribuindo para que a apreciação dos mesmos seja abreviada, colaborando para que a urgência que lhes foi deferida possa ser alcançada, tornando-os objetos de apreciação antes do novo período legislativo que deverá ser iniciado somente a 01 de março do ano vindouro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com a implantação da Reforma do Ensino, foram abolidos os exames de 2ª época, para o 2º grau.

O critério adotado com a implantação daquela reforma, tem sido no sentido de permitir aos alunos, aulas de recuperação nos últimos meses do ano, das matérias que não conseguiram aprovação.

Não obstante estas aulas tem se verificado, em alguns colégios houve reprovação em massa, como por exemplo o Colégio Estadual José Bonifácio, da cidade de Paranaguá. Nesse colégio, a reprovação no 2º grau atingiu o índice alarmante de 50 por cento, razão pela qual recorremos ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Francisco Borsari Neto, sugerindo que fôsse dada uma nova chance aos alunos reprovados nas matérias, e que mesmo com as aulas de recuperação, não conseguiram chegar aos seus objetivos.

O Senhor Secretário, demonstrando um elevado espírito de compreensão, resolveu atender nossa solicitação, determinou ao Diretor daquele Colégio, permissão para os respectivos exames de 2ª época.

Aqui vai o nosso agradecimento ao Secretário Borsari Neto, pelas imediatas providências que foram tomadas para que a nossa sugestão fôsse aceita.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1976.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer, com aprovação do Plenário, que seja transcrito nos Anais desta Casa, a carta enviada pelo Sr. Gil Cesar Dantas Bruel, Chefe do Gabinete da Terceira Secretaria da Assembléia Legislativa à direção do Jornal "O Estado do Paraná" e, publicada na coluna — "Cartas", na quarta página da edição do dia 12 de dezembro de 1976, daquele conceituado órgão de imprensa.

No limiar dessa ignomínia que o Poder Executivo está para cometer contra os servidores públicos do Paraná, propondo reajuste de vencimentos em bases injustas, vergonhosas e imorais; é fundamental salvaguardar os brios do Poder Legislativo Paranaense. A carta em referência, esclarece exatamente QUE NÃO HOUVE OMISSÃO POR PARTE DOS DEPUTADOS ESTADUAIS EM RELAÇÃO AO PROBLEMA DO AUMENTO DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO, justificando a ausência do Deputado Fidelcino Tolentino, por motivo de doença em pessoa de sua família, na sessão em que deveria tratar desse relevante assunto, como foi efetivamente tratado em requerimento aprovado pelo Plenário, em data de ontem.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1976.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.
O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Uma notícia veiculada por um dos jornais de Cascavel, causou certa apreensão neste Parlamentar que representa não

só Cascavel, mas também a região Oeste do Paraná.

Ocorre que aquele veículo de informação leva a público uma denúncia contra o comportamento da Polícia de Cascavel, e é a Súmula do requerimento que endereço à Mesa, que consta do seguinte: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, tendo em vista a notícia publicada nos seguintes termos pela coluna “POLITIKA” da edição do dia 11, do jornal “O Paraná”, de responsabilidade da Editora Oeste Ltda., sediada em Cascavel:

“Desde quando jogo de bingo é legal? Desde quando um jogo semelhante a roleta é legal? Aqui em Cascavel, pelo menos, diversos jogos proibidos são bancados em plena cidade e à vista da Polícia. Quem ainda tiver dúvidas pode afastá-las observando a jogativa que “come solta” no “Grand Parc”. A Polícia está levando algum para “não ver”.

Requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhada ao Exmo. Sr. General ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, fotocópia da referida nota, a fim de que seja apurada a veracidade ou não da denúncia trazida a público por parte daquele órgão de imprensa, para que sejam tomadas as medidas penais cabíveis na espécie, pois, se a nota estampar a verdade, teria ocorrido crime de corrupção e, se a nota for falsa, está caracterizado crime de imprensa cometido contra a honra da Polícia de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 14 de dezembro de 1976.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

Não se pode admitir que a denúncia ao público de fatos de tal gravidade, passe despercebida das autoridades competentes.

Se realmente “a polícia está levando algum para não ver” a jogatina, como afirma o jornal, deve ser aberta a competente sindicância para a posterior punição dos culpados.

Por outro lado, se a atitude do jornal foi leviana, comprometendo toda uma corporação, deve ser aberto o competente processo criminal contra seus detratores.

Essa atitude já foi tomada, ou ao menos anunciada, em caso similar, recentemente ocorrido, quando S. Exa., o Senhor Governador do Estado, sentiu-se ofendido por pronunciamento que tecia críticas ao seu Governo.

A denúncia, agora, deve merecer maior atenção, pois parte de órgão de imprensa que apoiou o candidato do Governo na cidade de Cascavel. Que a sua honorabilidade seja resguardada, ainda que em prejuízo de nossa brios corporação policial, ou que sua levandade seja punida, em defesa da Polícia do Estado, apontada como corrupta por aquele jornal cascavelense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos, inscrito.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Para que conste dos Anais desta Casa, passo a ler editorial hoje publicado pela “Gazeta do Povo”, que tem o título “A RETÓRICA DO DEMÔNIO”

Narra Machado de Assis, num conto de sabor filosófico e moralista, que certo dia o diabo, tomado de uma nova idéia, bateu as asas e elevou-se das profundezas do inferno às portas do céu. Lá, encontrou Deus a recolher um ancião que ganhara o céu por ter, num naufrágio, passado a tábua em que se salvava, a um jovem casal que se debatia desamparado em meio às águas. O diabo lembrou a Deus que o ancião talvez tivesse agido assim, não por virtude mas por tédio à vida. Não importa contudo, o pormenor, mas, revelar a intenção do canhoto na visita ao céu. Já dizer ao Senhor, que decidira organizar sua própria igreja, por ter descoberto que perdia as guerras por falta de organização. As virtudes, disse, são um manto de seda com franjas de algodão e ele viu que poderia puxar por essas franjas e desfazer

o manto. O final da história pode-se ler em Machado de Assis, no volume “História sem data”.

Baixando no plano humano, o General Ernesto Geisel parece estar sendo assediado por portadores de uma estranha mensagem, empenhados em deformar seu projeto de distensão lenta e gradual, mas segura.

São personagens que desejam moldar o futuro à sua imagem e semelhança. Mas, como não operam na linha da virtude, é possível que sua retórica, sutil embora seja uma retórica demoníaca. Eles querem puxar as franjas de algodão do projeto para desfazer o manto de seda do Presidente e conquistá-lo para essa espécie de igreja do diabo, cujo catecismo prega a coincidência dos mandatos, a programação dos mandatos, a suspensão (ao invés da extinção) da Lei de Fidelidade Partidária, a extensão da Lei Falcão para os futuros pleitos e todo esse cortejo de fórmulas nascidas misteriosamente em algum recanto do mundo, que certamente, não se situa em qualquer paraíso político. Se tal envolvimento obtiver êxito, será o caso de dizer que o futuro pertence ao diabo. Nossa suposição inicial, ao lermos o Projeto da Lei Falcão, fora de que o Ministro da Justiça, receberá a sugestão de técnicos de relações públicos, contratados pela AERP, para armar o esquema de comunicações e contra-comunicações do processo eleitoral. Mas veio o Ministro e revelou que ele próprio concebera a medida num momento de inspiração.

Identificou na liberdade do uso do rádio e da televisão em 74, a causa da derrota do governo, e propôs uma inversão; puxou pelas franjas e desmanchou o manto.

Agora, como está vivo o Sr. Esmerino Arruda, bom pai de família e empresário bem sucedido, não foi seu espírito que baixou em alguém do governo. Não conseguimos localizar a fonte dessa idéia diabólica da prorrogação dos mandatos, apresentada na sua forma inicial como uma medida de economia eleitoral de caráter geral e não casuístico. Essa inspiração deve ter vindo das profundas e não das alturas.

A tutela militar sobre as instituições civis, que se afirmou num crescendo a partir da prorrogação do mandato do Presidente Castelo Branco, a primeira prorrogação ocorrida no País, tem contribuído para a quebra do nível de representação parlamentar. É fácil entender: se o Congresso e as Assembléias carecem de poder, não influem no processo, não participam das dificuldades das decisões, então, o ingresso nessas Casas não é o caminho válido para jovens bem dotados que aspiram a participar da vida pública. Permanecem os velhos profissionais, entram alguns iludidos, alguns pertinazes, serviçais e outros destituídos de alternativa. O resultado é que a cada eleição, baixa o nível da representação política e com isso aprofunda-se a poluição das instituições civis, num ponto tal que, a partir de certo momento, será necessário recomeçar tudo. Quem acompanha a vida parlamentar deste 1946, pode sentir o declínio das representações, acentuando a partir de 1966.

Perguntamos ao Deputado Sinval Boaventura, numa entrevista aberta que deu a alguns repórteres deste jornal, porque, tendo passado tanto tempo calado, resolveu falar. “É porque não aguento mais”, respondeu. Para ele está tudo errado, a Câmara degenera e os políticos se acumpliciam com o abastardamento da instituição. Ele resolveu falar e vai falar até o fim de seu mandato, prometendo dizer tudo o que vem engasgando nesses últimos anos. Seu mandato é o último, e se houver prorrogação, não a aceitará. O mandato é o que o povo do Norte de Minas lhe deu e não o que lhe possa ser outorgado por qualquer ato institucional. Outros Deputados mais conhecidos e de renome consolidado preparam-se para fazer o mesmo, isto é, preparam-se para logo ir tratar de vida, pois não se dispõem a continuar numa farsa, que de grotesca poderá se transformar em trágica. Poderia citar alguns nomes mas não vou fazê-lo”.

Imagine-se que, se isso ocorrer, a que ficará reduzido o Plenário já empobrecido da Câmara dos Deputados. Será uma

pequena multidão de penitentes, conquistados pela igreja do diabo, enquanto a ação de Deus vai se tornando visível pelo trabalho inverso ao realizado pelo capiroto. Na igreja do diabo usa-se o manto de algodão, com franjas de seda para enganar. Deus está puxando pelas franjas de seda, isto é pelas virtudes recônditas que sobrevivem na alma de alguns pecadores. Com essas virtudes ele poderá reconstituir sua própria igreja e destroçar o último sonho de satã".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este parlamentar foi, há questão de 10 minutos, abordado aqui no plenário, para que assinasse vários projetos de lei, de resolução, que já estão com seus pareceres prontos e que totalizam 29. Pediram-me que assinasse esses pareceres emitidos pelo Relator, cuja assinatura está ilegível.

Os pareceres todos prontos, bem datilografados etc.

Não é possível, Sr. Presidente, que se possa admitir que continue ocorrendo nesta Casa este sistema de trabalho.

Este Deputado tem estado permanentemente nesta Casa, inclusive na sexta-feira, quando não tivemos sessão ordinária, de manhã à noite. É por esta razão que estranho que o Sr. Deputado Alfredo Gulin que preside a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não tenha se dignado a nos convocar para a reunião da Comissão respectiva.

O que resta, Sr. Presidente, a este Deputado fazer para poder examinar estas matérias? Resta deixar nesta tribuna, nesta Casa o protesto veemente por este sistema de trabalho. Não admito, Sr. Presidente, não vou concordar que a Comissão que faço parte prossiga a elaborar este tipo de parecer, sem consulta, sem estudo, sem reflexão, sem exame da matéria. A este Deputado resta apenas, Sr. Presidente, protestar e esperar um pouquinho.

Se fôra apenas a falta de respeito, de consideração para com o Deputado, ainda poderia se admitir uma atitude dessas. Mas, Sr. Presidente, aqui está uma negação do Poder, aqui está caracterizada uma ofensa a esta Casa que precisa desempenhar, em tudo, as suas prerrogativas e as suas funções.

Como posso, Sr. Presidente, assinar um parecer a um convênio de combate à erosão, que diz: "Quanto à competência desta Comissão para opinar, verificamos que a matéria contida na presente Proposição está em condições de merecer a aprovação desta Assembléia" São vinte e nove projetos.

Sr. Presidente, a ARENA tem três Deputados nessa Comissão e o parecer é válido com a assinatura da maioria. Portanto, é completamente desnecessária a assinatura do Deputado Valter Pietrângelo.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, mas este é o meu parecer. Um parecer de protesto, um parecer de indignação. Indignação por quê? Porque é preciso colocar um basta nesta subserviência do Poder Legislativo.

Nesta Pátria, onde se fala, e se propala, o interesse do Governo no restabelecimento do Direito, na redemocratização do País, lamentavelmente, está uma Assembléia Legislativa, com a força esmagadora do Partido majoritário a negar esta luta.

Termino, Sr. Presidente, fazendo um apelo a V. Exa. pensando na honorabilidade desta Casa, que não aceite, Sr. Presidente, estes projetos nestas condições. Que exija, Sr. Presidente, desta Comissão, ou o sr. Alfredo Gulin assuma a tribuna para explicar que realmente estas matérias foram examinadas, com a presença, com a assessoria técnica solicitada. E prove e comprove isto, Sr. Presidente.

Não há necessidade de convocar este Deputado. Este Deputado vai continuar engolindo este desrespeito, esta ofensa. Mas que ele venha a provar que houve, realmente, o interesse o cuidado e a responsabilidade desta Comissão, para examinar

com cuidado estas matérias de tão alta importância para tantos municípios do nosso Estado e carentes da presença do Governo do Estado e do Governo Federal.

Ou então, Sr. Presidente, não aceite esta ignomínia, esta ofensa pública aqui caracterizada. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Com a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiro, um reparo. Não é verdade que a ARENA se constitui em maioria esmagadora neste Plenário. Os últimos episódios vividos aqui, demonstraram que a ARENA passou a se constituir minoria neste Plenário.

Minoria que pretende ser respeitosa.

Quanto ao reparo, Sr. Presidente, quando se reclama da ausência do Poder Público Estadual, em determinada unidade municipal, se procura falar da morosidade do Executivo na execução de determinada obra em convênio.

Da tribuna, o eminente Deputado Valter Pietrângelo talvez tenha razão quanto à obediência regimental do interstício de 24 horas para que se convoquem os membros de determinada Comissão Técnica para se reunirem e, em sessão, analisar a matéria distribuída e relatada.

Mas, Sr. Presidente, dizer que é uma ignomínia pretender que um Deputado estude, dentro de um prazo, no meu entender, dilatado, a importância da matéria em discussão, é cometer uma injustiça.

As matérias que estão nas mãos do Deputado Valter Pietrângelo permaneceram em pauta por várias sessões. Foram incluídas na Ordem do Dia e, a requerimento da bancada do MDB, foram retiradas da Ordem do Dia e devolvidas às Comissões Técnicas.

Depois de ouvida a Comissão de Constituição e Justiça, foram à Comissão de Finanças e, algumas delas, encaminhadas após, à Comissão de Obras e Transportes, ou outras Comissões Técnicas.

Das matérias retiradas, 20 resoluções tratam de convênios celebrados pelo Governo do Estado, através de várias Secretarias e se referem à execução de reparos nos próprios, onde funcionam estabelecimentos de ensino e unidades sanitárias dos municípios. Aliás, 38 delas, 13 tratam da execução de obras de combate à erosão urbana. 7 delas dizem respeito à construção de prédios destinados à delegacia de polícia e cadeia pública; 3 tratam da melhoria de serviços de trânsito, em 3 municípios diferentes; 4 outras dizem respeito à execução de obras de reparos nos prédios das delegacias de polícia. Duas delas tratam da implantação de serviços de segurança contra incêndios e prestação de socorro público. Outras objetivam intercâmbio, entre o sistema de planejamento, reforma administrativa, convênio celebrado entre Paraná e Sergipe. Outras tantas objetivam o levantamento de informações estatísticas, sócio-econômicas, em convênio com regiões do Estado. Outras mais foram retiradas. Agora um Sr. Deputado a quem respeito, prezo e admiro, o vibrante parlamentar representante da extraordinária Maringá, vem à tribuna e culpa um Presidente de Comissão que não lhe deu tempo de estudar matéria que, por tantos dias esteve em pauta e em debate, inclusive nas Comissões Técnicas. Não posso concordar, mesmo porque entendo como preceito constitucional o dever deste Poder, de falar sobre sua constitucionalidade, sobre sua jurisdição, e nunca falar sobre os seus objetivos. Porque existem recursos orçamentários e ao Governador se autoriza, há competência do Executivo, de celebração de convênios "ad referendum" desta Assembléia.

Polêmica que no futuro haveremos de dirimir sobre a validade da Comissão de Finanças e da Comissão de Obras sobre assuntos desta natureza. O apelo que faço não é dirigido ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, de Maringá, mas faço apelo à Casa para que tenhamos tempo suficiente de deliberar sobre essa matéria.

Estamos a alguns dias do encerramento do período extraordinário de sessões, convocado pelo Sr. Governador do Estado. E se não votarmos essa matéria, voltaremos a analisá-la em março, com prejuízo que estaremos dando aos municípios que não receberão a segunda parcela dos convênios assinados pelo Governo do Estado, porque o Tribunal de Contas se recusa a aprovar a prestação de contas da primeira parcela, sem que tenha em mãos a Resolução aprovada por este Poder.

Então, só nós, Deputados Estaduais, não sei se por displicência, por omissão, Sr. Presidente, nós é que seremos responsabilizados, porque estes convênios, a maioria deles, aqui estão, nesta Casa, muitos deles desde abril, maio, junho e julho do corrente ano.

Por que, Sr. Presidente, responsabilizar-se agora, os Srs. Deputados, ao apagar as luzes de um período extraordinário, convocado para analisar matéria tão importante, criando-se óbices desta natureza, de discutível amparo regimental e constitucional?

Enquanto nós estivermos aqui atentos a pequenos melindres, Sr. Presidente, a coletividade paranaense deste interior tantas vezes aqui citado como desassistido, continuará desassistido, não mais por imprevidência do Legislativo, mas, quem sabe, quiçá, pela nossa improvidência, porque nós talvez não estejamos dando o valor, com toda a nossa atuação parlamentar que deve ser diária, Sr. Presidente, não restrita à hora da sessão plenária, mas abrangente a todas as 24 horas do dia.

Aí o apelo que faço, apelo de companheiro, de amigo do eminente Deputado Valter Pietrângelo, e dos Srs. Deputados, para que façamos um esforço concentrado para que analisemos as matérias, para que telefonicamente, se for o caso, perguntemos a Paranavai, perguntemos aos municípios de Umuarama, Terra Rica, Paranaity, Altônia, Colorado, Rondon, Amaporã, Nova Esperança, Porto Rico, Santa Isabel do Ivaí, Terra Roxa, Cruzeiro do Sul, se existe erosão naquelas terras e, existindo, temos que fazer alguma coisa para combatê-la.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — A Presidência comunica que está esgotado o tempo de V. Exa. e concede mais um minuto para conclusão de sua oração.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço.

Para que perguntemos telefonicamente, já que o Paraná têm, e todos nós dizemos e não cansamos de dizer, o melhor serviço de telecomunicações deste País, para que se fale com os Prefeitos, com os Diretórios do MDB, da ARENA, com os Vereadores, para se saber se há ou não necessidade de se repassar os recursos para reformar um grupo escolar, uma cadeia pública, um Serviço Sanitário, um Posto de Saúde.

Esta, Sr. Presidente, é a preocupação que deve o Deputado; antes de mais nada, ter, para que nós, com as mesmas obrigações de representantes do povo, possamos aprovar matéria que não é política, matéria que é, no meu entender, de caráter urgentíssimo; para que possamos dar demonstração de que estamos aqui fazendo jús à confiança daqueles que para aqui nos mandaram.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente nobres Srs. Deputados.

Há poucos minutos, S. Exa. líder do Governo, vinha a esta tribuna, e sua fala causou-me até um sobressalto. Mencionei o município de Cascavel, como um dos beneficiários de projetos de lei que estariam tramitando e sobre os quais falou o Deputado Valter Pietrângelo.

Mas, afeito a tantos sobressaltos falsos, fui ligeiro à Comissão ou a um dos que servem àquela Comissão para me certificar, de que Cascavel estaria sendo beneficiária de uma dessas mensagens. Não preciso dizer que não era Cascavel que estava no meio daquelas 19 mensagens.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Mencionei o elenco de Projetos de Resolução retirados da Ordem do Dia e posso dizer a V. Exa. na implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorro público dos municípios de Irati e Cascavel estão no elenco das proposições retiradas da Ordem do Dia. Posso dizer a V. Exa., no mesmo elenco de projetos de lei, retirados na mesma oportunidade, em que foram retirados os projetos de lei que estavam nas mãos do eminente Deputado. Mas eu não disse da tribuna que estes estavam com a Comissão de Obras; disse que as Comissões Técnicas a que o Líder do MDB solicitou o encaminhamento das respectivas matérias. Posso dizer a V. Exa. que este projeto estava em primeira, segunda ou terceira discussão.

Terceira discussão, na oportunidade que foi retirado da Ordem do Dia. Portanto, tendo permanecido em pauta, tendo sido discutido e votado em duas discussões por esta Casa, com tempo suficiente para que os Srs. Deputados se apercebessem da importância que a matéria encerra.

Foi isso que eu disse, nobre Deputado, por favor, V. Exa. ouviu mal. Eu falo português; eu disse que entre tantos...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quem é português?

O Sr. Ivo Thomazoni — Eu falei em português quando da tribuna; V. Exa., talvez, não ouviu direito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu disse que quando

V. Exa. fazia críticas, mencionou Cascavel e, que realmente, me causou um sobressalto ante a surpresa, porque é tão difícil se ver alguma coisa para Cascavel, que eu fui me certificar nas mãos da pessoa que serve à Comissão e foi falso aquele sobressalto.

O Sr. Ivo Thomazoni — Comissão de Polícia e Segurança desta Casa. V. Exa. pode...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Este, eu tenho certeza que está tramitando, porque já verifiquei este projeto. Eu entendi que fosse relativo ao problema da erosão.

O Sr. Ivo Thomazoni — Não.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Lamento que a meus ouvidos tenha soado com som diferente daquilo que V. Exa. disse.

O Sr. Ivo Thomazoni — Falei em Paranavai e, depois, citei, nominalmente, os municípios que estão aqui; posso repetir e vou alcançar V. Exa. para que V. Exa. veja que eu não podia ler o município que não estava.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado, estou satisfeito com a alegação. Apenas, fiquei homenageado com sua preocupação em dizer que Cascavel só tem este projeto relativo à questão de segurança contra incêndio.

Eu entendi, também, que poderia ter algum projeto relativo à erosão urbana de Cascavel porque a SANEPAR tem aqui um explicação: A SANEPAR quer se eximir da responsabilidade que lhe é atribuída para execução dos projetos relativos ao saneamento de Cascavel e vem fazendo reiteradas informações e posições, uma hora atribuindo à Prefeitura, outra hora atribuindo a problemas de ordem técnica, outras vezes porque, entendo eu, problema de ordem administrativa, que até mudaram Diretores, e aquele elenco de acontecimentos sucessivos que vêm ocorrendo.

O fato é que Cascavel, Deputado, e V. Exa. se lembra, que aí mesmo e se não me engano até desta cadeira, nas Reuniões Extraordinárias convocadas pelo Governador, há um ano atrás, debatíamos aqui a questão dos empréstimos. E, V. Exa. afirmou que parte deles seria para o saneamento, seria despendido em saneamento, em água, em esgoto, que provavelmente eu entendia, seria repassado para a SANEPAR. Ocorre, Sr. Deputado, que o jornal de Cascavel, que aliás deve ser muito louvado pelo próprio Governo, diz aqui: "SANEPAR diz que não tem culpa, e ela é acusada desde 1973, quando assumiu a responsabilidade da Rede de Água local, de não dar conta do

recado.

A SANEPAR assegura que, se existem problemas com o abastecimento da cidade, a culpa não é sua. O motivo maior que causa o transtorno, segundo os seus técnicos, é a erosão. "E Cascavel é uma cidade que não padece de tão grandes males da erosão, como ocorre nos municípios de Paranavaí, de Altônia e de toda aquela região Noroeste do Estado.

Isso não é de alçada da empresa e sim da Prefeitura, alega a SANEPAR. O mal, o qual foi a causa que favorece a queda do abastecimento, é a pressão insuficiente. Quem sabe até, o consumidor seja o responsável, pelo fato de ter ido morar em Cascavel e exigir à Companhia o abastecimento de água.

Poderia muito bem, dizem os mesmos técnicos, ser evitado com a instalação de um dispositivo muito antigo, que 70 por cento dos cascavelenses não possuem, caixa d'água. É a explicação dos técnicos da SANEPAR, ou pelo menos, do jornal.

A empresa assegura, no entanto, que em 77 executará um projeto que prevê o aumento da Rede Hidráulica de 200, para 400 quilômetros.

Deputado Ivo Thomazoni, eu dizia que em 1975, e já cobrei de V. Exa. por mais vezes, aqui neste Plenário, que a SANEPAR é um caso de muita preocupação em Cascavel e em outros municípios também, mas sobretudo em Cascavel. Só quem reside em Cascavel, quem convive com Cascavel é que pode saber da gravidade dos problemas, sobretudo, além do abastecimento d'água, sobretudo do problema de esgoto, porque a cidade de Cascavel não tem esgoto. E é uma cidade, Sr. Deputado, líder do Governo, nesta Casa, que é a detentora de uma demografia superior a 120 mil habitantes.

E este é um problema que está entregue à SANEPAR. Por quê? Quando era Prefeito em Cascavel, foi imperioso a Pedro Mufato, que, segundo o próprio jornal, foi desidiioso na execução da sua administração pública. Aquele então Prefeito transmitiu as obrigações à SANEPAR, órgão do Governo, que estaria capacitado para servir ao abastecimento d'água, e satisfazer as necessidades básicas do saneamento primário de Cascavel.

A minha indignação, é no sentido de que a SANEPAR tome para si a responsabilidade, não só técnica, mas a responsabilidade moral também, porque ela recebeu através de um contrato a obrigação desse múnus público. Evidentemente que nós aguardamos, há mais de dois anos de reclamações quase que diárias, feitas pelo Parlamentar.

Então, pergunta-se, aquela verba, que parte dela haveria de ser designada para combate a esses problemas sanitários de Cascavel, não foi entregue, ou foi entregue e não foi aproveitada para esta finalidade?

A minha indignação é em nome da população, que tem contribuído até demais, para o progresso deste Estado.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero ser sucinto, para não interromper V. Exa.

Quando discutimos aqui o problema de abastecimento de água em Cascavel, não me lembro bem, V. Exa. queixava-se porque Cascavel tinha interrompido seu fornecimento de abastecimento de água em inúmeras ruas e vetores da cidade de Cascavel.

Eu fui na época à SANEPAR, trouxe a V. Exa. dados, e números, do que a SANEPAR estava investindo na cidade de Cascavel.

Houve uma ampliação do serviço, depois que a SANEPAR se responsabilizou pelo serviço, e praticamente uma duplicação na rede de distribuição de água, de cem para duzentos quilômetros, de rede.

Houve o problema de pressão, que não havia sido previsto pelas empreiteiras. E V. Exa. sabe, que quando experiências se faziam, rompiam os encanamentos em alguns setores da

cidade.

Foi um problema de ordem técnica superado, e a SANEPAR superou o problema, e hoje, nós sabemos, há uma previsão de início de obras para o ano que vem, para passar mais uma vez para a duplicação anual de 200 para 400 quilômetros de rede de abastecimento de água.

É o que diz o projeto já aprovado, e em fase de início de obras. E V. Exa. sabe também que foi assinado já um convênio para implantação do serviço de saneamento básico da cidade de Cascavel, que é, a grosso modo, é o serviço de esgoto da cidade de Cascavel, e de mais oito cidades do Paraná que serão as primeiras a receber esse serviço, e Cascavel está no elenco delas.

Sinceramente Deputado, por mais que V. Exa. critique, por mais que V. Exa. desta tribuna, queixe-se da demora das providências, está sendo feito o possível para que os recursos sejam postos à disposição do Governo do Estado, através do programa Estado e União, em convênio com as municipalidades, para que o serviço de saneamento básico possa ter início a curto prazo, a sua execução.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Só para lembrar V. Exa.

Há mais de quatro anos que passou para a SANEPAR os encargos desse serviço.

O Sr. Ivo Thomazoni — Nestes quatro anos, a SANEPAR duplicou a rede de abastecimento de água.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — E o que se fala em

Cascavel, Deputado, é que só foi ampliada a rede de águas de Cascavel, porque só ela, daria rendas para a SANEPAR. E V. Exa. sabe como eu também que, nós somos os porta-vozes das populações a que servimos.

A notícia que corre em Cascavel, já de algum tempo, e eu aqui nunca cheguei a decliná-la, é de que a população estaria carente desse serviço de esgoto, até com problemas do crescimento da cidade, crescimento físico da cidade, porque as construtoras não poderiam ter o alvará da Prefeitura por falta de condições de saneamento. Então, houve uma obstrução no desenvolvimento físico-urbanístico da cidade. Não é queixa, Deputado, é um apelo que faço.

O Sr. Ivo Thomazoni — Deputado, só para continuar dialogando com V. Exa., V. Exa. tem ao menos uma idéia aproximada, do alto custo da implantação do serviço de esgoto em determinadas cidades, e, principalmente, em cidades cuja topografia exija serviço de tratamento muito sério e altamente caro, para a implantação desse serviço. Porque não é só o serviço de captar, de jogar, poluir em determinadas regiões, determinados rios, serviço de tratamento.

Isso, eminente Deputado, já foi levantado e já está equacionado. Falta agora partir para a fase de execução.

Eu confio, sinceramente, na capacidade técnico-financeira do Governo do Estado, na ação desses serviços. Mas, o que custou para conseguirmos atingir essa fase, eminente Deputado, foi um trabalho de conscientização dos órgãos federais, principalmente, que jogaram muito dinheiro à disposição do Paraná, mas o Governo do Paraná tem, também que entrar com sua quota de participação — que é alta — e as prefeituras também têm que comparecer com suas quotas. E isso faz com que, muitas vezes, se dificulte o trabalho. Mas, acredito que os municípios já têm firmados e iniciados os trabalhos. E acredito que Cascavel esteja entre eles.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) — Está esgotado o tempo regimental concedido a V. Exa. No entanto, concedo-lhe mais 3 minutos para concluir.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado, Sr. Presidente, já concluirei.

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, não é esta a primeira vez que venho à tribuna fazer apelos, ponderadamente, a respeito dessa situação em que se encontra a população de Cascavel e também outras cidades de minha região. Mas, Cascavel sofre

mais pelo fato de sua expansão demográfica ser muito grande. Possui vilas que representam um contingente superior a muitos municípios e que estão completamente abandonadas. Vou citar para V. Exa.: Vila Claudete, São Cristóvão, Parque São Paulo, Vila Coqueiral, e tantas outras, cujo contingente eleitoral, só em São Cristóvão tem cerca de seis mil eleitores. E é exatamente esse o aspecto, já que se pretende dizer que este é um governo humano, o povo de Cascavel pede água para o Governo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — A Mesa consulta a Liderança do MDB se deseja fazer uso da palavra durante o tempo que lhe é reservado?

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Dez governadores foram recebidos, na semana passada, pelo Senhor Presidente da República. Nada disseram na entrada. Falaram na saída e falaram em coro, ensaiadamente, para defender reformas casuísticas na legislação eleitoral, como a coincidência de eleições e, portanto, a prorrogação dos atuais mandatos. O Governador do Paraná também foi recebido e falou na saída. Segundo a revista “Veja”, desta semana, teria dito que “o paranaense, no último dia 15, deu um voto de confiança no Governo e 1977, sabidamente, será um ano de restrições e cautela”.

“Foi uma espécie de confissão antecipada de fracasso. Suas palavras surgiram como um preparativo para as frustrações que vitimarão os paranaenses. O temor pelo futuro próximo evidencia o reconhecimento da desconfiança popular, e, portanto, da falta de legitimidade do poder, que não foi obtido nas urnas.

Foi além, o Sr. Governador, declarando que a intercalação das eleições municipais com as legislativas e senatoriais perturba a administração, como se a administração pública pudesse ser dissociada da vida política e da participação popular.

Quem canta vitória não pode temer eleições.

Ocorre que, por trás dessa tese de coincidência de eleições, está a defesa da prorrogação dos atuais mandatos. E mesmo que válida fosse essa tese, os últimos que teriam autoridade ética e moral para defendê-la seriam os atuais governadores, que não obtiveram o mandato por voto popular.

Os que defendem a prorrogação dos atuais mandatos para 1980 ou são mal de matemática ou são mal intencionados. Porque nenhuma coincidência haverá nesse ano, já que teremos, forçosamente, eleições para renovar um terço do Senado em 1982.

Por mais paradoxal que pareça, são os Deputados e Senadores que obtiveram os seus mandatos na dura lida das eleições os que, em sua esmagadora maioria, condenam a tese prorrogacionista.

Sou, pessoalmente, contra a coincidência de eleições e contra a prorrogação dos atuais mandatos. Estou, assim, de pleno acordo com a posição assumida pelo meu Partido, o Movimento Democrático Brasileiro, através da palavra do seu presidente nacional, o eminente Deputado Ulisses Guimarães.

Devo por isso dizer que a atual Constituição não será alterada para permitir essa imoralidade, uma vez que qualquer reforma em seu texto dependerá do voto de dois terços da Câmara Federal e o MDB, que é contra, tem mais de um terço dos representantes naquela Casa.

E está escrito na Constituição Federal, em seu artigo 15, que a autonomia municipal será assegurada pela eleição direta de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, realizada simultaneamente em todo o país. EM DATA DIFERENTE das eleições gerais para Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais. E o Artigo 39 da mesma Constituição, ao tratar da composição da Câmara dos Deputados, diz que “cada legislatura durará quatro anos”. E o artigo 41 fixa em oito anos o mandato dos Senadores”.

Para conhecimento do Paraná e para registro nos Anais desta Assembléia vou ler agora a íntegra da Nota do Presidente Nacional do MDB, o eminente Deputado Ulisses Guimarães, defendendo a posição partidária com relação a esta matéria.

Ei-la: (Lendo): “Mandatos representativos não podem, nem devem ser prorrogados. Não podem, porque institucionalmente não há competência para tanto. E não há maior direito para qualquer ato que pretenda ser jurídico, do que perpetrado com incompetência, porque é imprestável, é nulo. Na democracia, só o povo, o cidadão, pode transferir o poder, que é originariamente seu. O povo elege representantes seus para, por tempo certo, exercer o poder em seu nome e por sua livre delegação. A temporariedade é fundamental aos mandatos e à democracia. Se o corpo eleitoral é convocado para eleger por quatro anos, estes não podem ser transmutados em cinco, seis ou mais anos. O tempo prorrogado é investidura no poder, que só o povo é competente para fazer. Logo, o poder prorrogado é usurpação, peculiar à ditadura ou tirania, ainda que praticada pelo Legislativo.

Se o legislativo pode prorrogar mandatos por um minuto, pode torná-los vitalícios. A prorrogação é inconstitucionalmente inconciliável com o dogma de temporariedade dos mandatos.

“Que dizer, então, da autoprorrogação de mandatos? De representantes que, no cargo, encompridam sua duração, à revelia dos representados, com ostensivo esbulho de prerrogativa que só a estes pertence? Congresso prorrogacionista demite-se da categoria até moral do Poder Legislativo, porque passa a existir por força do arbítrio e não do povo. Quatro anos de mandato são matematicamente 4 anos, não cinco, seis ou mais. Que esse seja o entendimento do Parlamento, num País onde o Executivo, abusivamente, transformou a suspensão de direitos políticos por dez anos em cassação vitalícia desses mesmos direitos.”

“Para honra das Forças Armadas do Brasil, como Presidente da República, um general, para desarmar prevenções, concordou que seu Mandato fosse encurtado de um ano pelo Poder expressamente constituinte. Foi o General Dutra”.

“Ainda que não prorrogando mandatos, emendar a Constituição para estabelecer a coincidência de todas as eleições, a própria experiência nacional testemunha sua manifesta inconveniência. Para obviá-la, foi fixada a regra de incoincidência”.

“É precisamente o pseudo-argumento dos gastos que condena a inovação. É notório o derrame de dinheiro nas eleições. Na última, assumiu proporções de escândalo. Um meio de combater a criminosa interferência do Poder Econômico, será amidiar os pleitos. A democracia se defende e se aperfeiçoa pela prática, seu constante exercício. Isso é bom, salutar para o povo, embora possa ser extenuante para os políticos. Concentrar todos os gatos em uma só eleição será favorecer os privilegiados do dinheiro”.

“Além do mais, como o município é o fato, é a realidade concreta, tendo muito de construção político-jurídica, o Estado e a União, nele estão os Diretórios e os municípios, que todos somos, a máquina eleitoral como operabilidade, o interesse e até a paixão pelo pleito local comandam e mesmo ofuscam os restantes, para a escolha do Governador, Deputados, Senadores, Presidente da República, quando isto ocorrer”.

“Pondere-se, afinal, a perplexidade, inimiga de boas escolhas, e a avalanche de votos nulos, se o eleitor tiver de optar, devido as sublegendas, entre 6 candidatos a prefeito, números ou nomes de centenas de postulantes a Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, e Senadores, bem como 6 candidatos a Governadores de Estado.”

“Nos Estados Unidos, dos quais importamos o modelo presidencialista, há eleições de dois em dois anos para Câmara de representantes. Semelhantes freqüência da consulta popular, e outras existem, não comprometeu, antes revigorou, os 200 anos

sem golpes nem ditaduras, de vigência do regime de vias judiciais naquele grande País."

Eram, Sr. Presidente, as considerações que deveríamos fazer a propósito desta imoralidade que é a tese da coincidência de eleições e da prorrogação de mandatos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — Antes de conceder a palavra à Liderança da ARENA, queria anunciar a presença dos Deputados Federais, Nelson Maculan e Antônio Anibelli.

Com a palavra a Liderança da ARENA.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não era meu propósito falar sobre o momentoso e em evidência problema da coincidência dos mandatos. Todavia, o pronunciamento do ilustre Deputado Osvaldo Macedo, líder do Movimento Democrático Brasileiro provoca o meu pronunciamento que desejo seja todo pessoal deste Deputado.

Devo inicialmente, Sr. Presidente, anunciar que na última reunião realizada pela Comissão Executiva do Diretório Regional da Aliança Renovadora Nacional, seção do Paraná, por unanimidade dos membros presentes, a ARENA do Paraná tomou posição contra o desejo de alguns, a propalada prorrogação dos mandatos legislativos e dos Governadores de Estado, com a desculpa de atingirmos a coincidência das eleições. Não houve, Sr. Presidente, nenhuma voz discrepante na reunião que o nosso Partido realizou. Como não houve naquela reunião, nenhum voto contrário à tese da extinção das sub-legendas no próximo pleito. Houve também manifestação unânime dos membros da Executiva de nosso Partido quanto à necessidade de se ferirem eleições diretas para escolha de Governadores de Estado, respeitando disposição constitucional, eleição pelo voto universal e secreto.

Esta posição, Sr. Presidente, também foi manifestada pelo Presidente da Aliança Renovadora Nacional, deputado Francelino Pereira. Manifestação idêntica também foi feita, Sr. Presidente, pelo líder de nosso Partido no Senado Federal, Senador Petrônio Portela.

A imprensa vem dedicando nos últimos dias espaços consideráveis na defesa e no combate à tese de prorrogação dos mandatos, defendida não pela ARENA, mas, talvez, isoladamente, é possível que alguns homens da ARENA, impensadamente, tenham defendido a tese da prorrogação de mandatos. Mas, posso afirmar, Sr. Presidente, não é a tese defendida pela Aliança Renovadora Nacional.

O Diretório Regional da ARENA do Paraná já se manifestou contra a pretensão de prorrogação de mandatos. Foi um Arenista que declarou que a democracia se fortalece através do exercício do voto.

Portanto, para que não se coloquem dúvidas quanto ao comportamento da Aliança Renovadora Nacional, seção do Paraná, convém que se registre a decisão adotada, anível de órgão diretivo de nosso Partido.

Segundo decisão já adotada pela Comissão Executiva, há uma convocação do Diretório Regional para os primeiros dias do mês de fevereiro, e nessa oportunidade o Diretório haverá de tomar posição mais clara acerca de tudo que se fala em torno da coincidência de mandatos.

Sr. Presidente, se existe ainda no nosso Partido alguma dúvida quanto às propaladas reformas políticas que estão sendo anunciadas sem que se conheça o paternalismo de algumas delas, é tão somente quanto à tese da instituição das eleições distritais.

O Sr. Trajano Bastos — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ivo Thomazoni, escutando atentamente o vosso pronunciamento, pude perceber e ouvir quando V. Exa. fazia uma ressalva, que alguns elementos da ARENA, impensadamente teriam se manifestado favoráveis à coincidência de eleições e, conseqüentemente, prorrogação de mandatos. Portanto a

V. Exa., com todo respeito que devo a V. Exa., o impensante da ARENA foi S. Exa. o Governador do Estado do Paraná? O SR. IVO THOMAZONI — Eu aguardava a pergunta de V. Exa.

O Governador do Estado, justificando a interrupção na obra administrativa, na seqüência da administração, falou em defesa da coincidência dos mandatos, mas nunca S. Exa. advogou a prorrogação dos mandatos para se atingir a coincidência das eleições.

V. Exa. haverá de verificar nas declarações do Sr. Governador do Estado que, quando defendeu a coincidência dos mandatos, absolutamente, nem de leve, referiu-se à prorrogação dos mandatos. O que sei dela, tanto quanto...

O Sr. Trajano Bastos — Se V. Exa. me permite, quando se fala em coincidência, é o engodo, é a isca. V. Exa. sabe tão bem quanto eu, como sabem os homens que militam politicamente neste País, que a pretexto da coincidência das eleições, reside atrás disso tudo, a prorrogação dos mandatos, que seria uma saída, a meu ver, ilustre Deputado, a mais imoral que este País poderia tomar em termos políticos e me entristeci, devo confessar a V. Exa., quando li que o Governador do meu Estado estava incluído no rol dos 10 ou 12 Governadores que defendia a mesma tese.

O SR. IVO THOMAZONI — Deputado Trajano Bastos, apenas para que se faça justiça, devo lembrar a V. Exa. que na política a história se repete. No País em que V. Exa. nasceu, em que nós nascemos e vivemos, tivemos, Deputado, um calendário eleitoral que levava o eleitor às urnas em diferentes épocas para escolher os seus dirigentes municipais.

Lembro-me, Deputado, que foi possível atingirmos a coincidência de mandatos municipais neste País, sem a imoralidade da prorrogação dos mandatos, pelo contrário, até se reduziram neste País e neste Estado, mandatos de Prefeitos Municipais e atingimos o objetivo da coincidência...

O Sr. Trajano Bastos — Qualquer medida que se tome para ampliar ou diminuir mandatos, a imoralidade seria a mesma.

O SR. IVO THOMAZONI — ... V. Exa. está na defesa da tese que eu defendo, e na tese defendida pelo Sr. Governador do Estado.

Eu não posso Sr. Deputado, admitir que se pretenda, nem de leve, atribuir ao Sr. Governador do Estado, qualquer declaração que visasse a prorrogação dos mandatos, porque sei, mais do que ninguém, que S. Exa. está no exercício das funções de Governador do Estado, cumprindo uma delegação para a qual foi chamado e ele, com muita honra, a está cumprindo, mas desejoso de cumpri-la nos seus 4 anos, para dizer que estará e, nós sabemos que vai estar, com a consciência do dever cumprido, porque não é homem que se possa atribuir-lhe qualquer ação de político profissional. Muito pelo contrário, é um homem que cumpre a sua missão, desejoso tanto quanto desejoso está, e ele afirmou isto, S. Exa. o Sr. Presidente da República, Gal. Ernesto Geisel, que se irrita quando alguém menciona a possibilidade de prorrogação de seu mandato. Até pelo contrário, faz declarações incisivas de pretender ter cumprido seu mandato e entregar o cargo a seu sucessor para poder dedicar-se à família, à sua vida de cidadão, sem as responsabilidades enormes que o cargo atribui àqueles que se dispõem a dirigir uma Nação ou um Estado.

E, portanto, apenas para que não se cometa uma injustiça, eu li as declarações...

O Sr. Trajano Bastos — Sem pretender ser impertinente, eu que não tenho a felicidade que tem V. Exa. de compartilhar com a intimidade do Sr. Governador, tenho que me louvar no que eu leio a seu respeito, nas suas declarações.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. deve ter lido que ele não defende a prorrogação.

O Sr. Trajano Bastos — Ele defende, como tantos outros governadores, dez ou onze, que defendem a coincidência de mandatos.

Deputado Ivo Thomazoni, não vamos nos tornar ingênuos e eu tenho que fazer este juízo de S. Exa., o Sr. Governador do Estado, enquanto S. Exa. não definir, especificamente, explicitamente, a sua posição, porque V. Exa. se ler, hoje, o editorial do "ESTADO DE SÃO PAULO", que aborda, exatamente, este assunto, muito embora o editorial não mencionasse os governadores que defendem esta tese, englobadamente os onze, verã incluído o Governador Jayme Canet Júnior.

Então, teria S. Exa. o Sr. Governador do Estado, para não passar como imprensante e não destoar das decisões do seu partido de seu Estado, de tomar uma posição clara sobre o assunto.

Eu agradeço a V. Exa., e peço perdão a V. Exa. por haver interrompido o seu brilhante discurso.

O SR. IVO THOMAZONI — Foi uma honra tê-lo ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — Deputado Ivo Thomazoni, só para comunicar V. Exa. que dispõe apenas de 2 minutos.

O SR. IVO THOMAZONI — Só para responder o aparte do eminente Deputado Trajano Bastos.

Deputado Trajano Bastos, despreza a possibilidade da coincidência de mandatos, neste País, no ano de 1982, com as eleições normais em 78 para deputados estaduais, governadores de Estados, nós poderíamos partir para uma coincidência de mandatos em 82, deferindo-se um mandato tampão aos prefeitos a serem eleitos em 80, com dois anos.

O Sr. Trajano Bastos — Não se falou em 82. A tese é 1980.

O SR. IVO THOMAZONI — Não foi a tese defendida pelo Governador que não defendia a prorrogação de mandatos e, sim, coincidência das eleições.

Concedo o aparte ao Deputado Osvaldo Macedo.

O Sr. Osvaldo Macedo — Deputado Ivo Thomazoni, quero, primeiro, registrar minha alegria ao vê-lo, na tribuna, para condenar a prorrogação de mandatos. É preciso dizer que V. Exa., com essa atitude, cresceu ainda mais no meu conceito. Mas, aproveito a ocasião também, Deputado Ivo Thomazoni, para, tendo havido pronunciamento do MDB., tendo o MDB., também no Paraná, se manifestado contrariamente à prorrogação de mandatos, tendo V. Exa. afirmado da Tribuna que também o seu Partido, a Aliança Renovadora Nacional já o fez pelo seu Diretório Regional e faz agora V. Exa., não só como Líder do Governo, mas como Deputado da ARENA e também líder da ARENA nesta Casa, tenho para mim que nós podemos chegar a uma conclusão, à primeira conclusão, de que se o Sr. Governador defendeu, como disseram os jornais e como diz a revista VEJA, a coincidência e portanto a prorrogação de mandatos, ele o fez não em nome do Paraná. Como Governador não falou em nome dos paranaenses; essa a primeira conclusão que precisa ficar registrada. Se o fez, não fez em nome do Paraná, nem dos paranaenses porque não falou a linguagem do Paraná e dos paranaenses. Esta a primeira conclusão que eu gostaria de tirar.

E a segunda, Deputado Ivo Thomazoni, é que nós temos agora a oportunidade para, em nome do Paraná, manifestarmos a nossa posição em termos de poder.

Convido-o a subscrever comigo, uma moção, para apresentar nesta Assembléia, contrária à prorrogação dos atuais mandatos.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. tem, não o apoio do Deputado Ivo Thomazoni, mas terá o apoio amplo, unânime da Bancada do meu Partido, a Aliança Renovadora Nacional. Porque nós, tanto quanto V. Exa. Deputado Osvaldo Macedo, entendemos e postulamos uma eleição, detemos um cargo eletivo por um determinado período de quatro anos. E V. Exa. se o disse, disse bem, seria a excrescência, votarmos, Deputado, apoiarmos tese que para nós significaria, eminente Deputado, a derrocada total do que de mais caro nós temos e abrigamos, ou seja, o respeito para com aqueles que têm o direito de escolher seus representantes e o fizeram em 1974 e haverão de voltar a escolher os

seus representantes de 1978.

E todo aquele, Deputado, que estiver aqui ou nas suas regiões representadas, estiver mantendo um comportamento de homem digno, responsável e preocupado com os destinos da sua gente e da sua terra, não haverá de temer novas eleições, para nas novas eleições procurar, na confiança do povo, a recondução para esta Casa, para outro cargo eletivo.

Esta, Sr. Presidente, é a nossa posição.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gabriel Sampaio). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 270/76, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de SANTO INÁCIO DO CAIUÁ, objetivando a realização de melhoria dos serviços locais de trânsito. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução número 270/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 13 de julho de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando a realização e melhoria dos serviços locais de trânsito.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1976.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

FRANCISCO ESCORSIN — Relator

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 325/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 398/76, Mensagem número 129/76, do Poder Executivo que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de FOZ DO IGUAÇU, com a interveniência do Estado do Paraná, objetivando a implantação do plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., e CF., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 344/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 443/76, Mensagem número 145/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando estudos e pesquisas para elaboração de modelo de Organização Territorial ao Projeto de Regionalização Administrativa do Estado do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Fernando Ribas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ferdinando Pereira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação, na Ordem do Dia dos pareceres das Comissões de Finanças e

C.O.P.T.C. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei número 147/76. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). — Para conhecer, Sr. Presidente, a súmula deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — (Lê o Projeto de Lei número 147/76).

Em votação o requerimento. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando a transcrição na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, do texto da "Declaração Universal dos Direitos Humanos", que em data de 10 de dezembro do corrente, completou seu 28º ano de vigência. — APROVADO. — (A matéria acha-se transcrita no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao jornalista Emir Sfair, pela série de artigos que pretende publicar no jornal "Gazeta do Povo", bem como, voto de aplausos pela iniciativa de publicar a matéria. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja enviado agradecimentos ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, pelo elevado espírito de compreensão, com que resolveu atender nossa solicitação, determinando ao Diretor do Colégio Estadual José Bonifácio, da cidade de Paranaguá, permissão para os exames de 2ª época, aos alunos daquele estabelecimento. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja encaminhada ao Sr. Secretário da Segurança Pública, fotocópia a nota publicada na coluna "Politika", da edição de sábado, dia 11, do jornal "O PARANÁ", denunciando o recebimento de propina por parte da polícia, referente a jogos proibidos e ilegais. — Em discussão. O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Gabriel Sampaio). — Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, sugerindo-lhe que solicite a este Poder a inclusão dos projetos que tramitam nesta Casa, em regime de urgência, entre as matérias a serem apreciadas durante este período de convocação extraordinária. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da carta enviada pelo Sr. Gil Cesar Dantas Bruel, Chefe de Gabinete da 3ª Secretaria desta Assembléia, à direção do jornal "O ESTADO DO PARANÁ", e publicada na coluna — CARTAS. — APROVADO. — (A matéria acha-se transcrita no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 15, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 271, 272, 325, 344/76.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311 e 312/76.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Maurício Fruet, em sessão realizada em 14 de dezembro de 1976.

"DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Art. 1º — Todo os homens nascem livres e iguais em

dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 2º — a) Todo homem tem capacidade de gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição;

b) não será, também, feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Art. 3º — Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Art. 4º — Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Art. 5º — Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Art. 6º — Todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Art. 7º — Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. 8º — Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes, remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição e pela lei.

Art. 9º — Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Art. 10 — Todo homem tem direito em plena igualdade, a uma justa e pública audiência, por parte do tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Art. 11 — a) Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público, no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantidas necessárias à sua defesa;

b) ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento não constituam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicada ao ato delituoso.

Art. 12 — Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra ou reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Art. 13 — a) Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada um;

b) todo homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a este regressar.

Art. 14 — a) Todo homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e gozar asilo em outros países;

b) este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Art. 15 — a) Todo homem tem direito a uma nacionalidade;

b) ninguém será, arbitrariamente, privado de sua nacionalidade, nem o direito de mudar de nacionalidade.

Art. 16 — a) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e constituir uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução;

b) o casamento não será válido senão com o livre e pleno

consentimento dos nubentes;

c) a família é núcleo natural e fundamental da sociedade e do Estado.

Art. 17 — a) Todo homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros;

b) ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Art. 18 — Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar esta religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou particular.

Art. 19 — Todo homem tem direito à liberdade de opinião e ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, e independente de fronteiras.

Art. 20 — a) Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associações pacíficas;

b) ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Art. 21 — a) Todo homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes, livremente escolhidos;

b) todo homem tem igual direito de acesso ao serviço público de seu país;

c) a vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Art. 22 — Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Art. 23 — a) Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego;

b) todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho;

c) todo homem que trabalha tem o direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social;

d) todo homem tem direito a organizar sindicatos e a eles interessar para proteção de seus interesses.

Art. 24 — Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Art. 25 — a) Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença ou invalidez, viuvez, velhice e outros casos de perda dos meios de subsistência, em circunstâncias fora de seu controle;

b) a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistências especiais. Todas as crianças nascidas fora ou dentro do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Art. 26 — a) Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito;

b) a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e no fortalecimento ao respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, a coadjuvará

as atividades das Nações Unidas, em prol da manutenção da paz;

c) os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Art. 27 — a) Todo homem tem o direito de participar, livremente, da vida cultural da comunidade, de fluir as artes e de participar de progresso científico e de seus benefícios;

b) todo homem tem direito à proteção dos interessados morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Art. 28 — Todo homem tem direito a uma ordem internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Art. 29 — a) Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível;

b) no exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito, apenas, às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem e do bem-estar de uma sociedade democrática;

c) esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Art. 30 — Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos”.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO, EM SESSÃO DO DIA 14/12/76.

“CARTAS

SÓ 20% ?

Gil César Gantas Bruel, chefe de gabinete da 3ª Secretaria da Assembléia Legislativa ;

“Prezado Senhor: O jornal O ESTADO DO PARANÁ representa, ao lado de outros órgãos de divulgação de nossa Capital, conceituada fonte noticiosa junto ao povo de nosso Estado.

Por esta razão, tem presença obrigatória no Gabinete desta 3ª Secretaria, onde é lido diariamente e selecionados os assuntos de interesse público que devem ser levados ao conhecimento do plenário desta Casa.

Assim que o deputado Fidelcino Tolentino tomou conhecimento de que o governo do Estado teria recebido recomendação no sentido de limitar em apenas 20 por cento o reajuste dos vencimentos dos funcionários públicos, pessoalmente orientou a elaboração de requerimento solicitando aos Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretaria dos Recursos Humanos, esclarecimentos sobre o relevante problema.

Conforme poderá ser verificado, solicitou sua inscrição para usar da palavra no pequeno e grande expediente de ontem dia 10, onde figurava como primeiro orador.

Todavia, por motivo de enfermidade de seu filho que requeria cuidados urgentes, ficou impedido de comparecer à Sessão de ontem, quando abordaria o tema: “Só 20 por cento ao funcionalismo público?”, que vem estampado na primeira página da edição de hoje, desse conceituado jornal.

O requerimento, cuja cópia estamos remetendo à V. Sa., a fim de que seja retificada em parte a notícia que teria dado como negligente a omissão involuntária ocorrida por parte do MDB, vez que julgamos estar agora devidamente esclarecido o que realmente ocorreu.

Certos de que esta missiva será merecedora da atenção dessa Direção e do responsável pela coluna “Panorama Político”

a qual sempre vem destacando a posição do deputado Tolentino em defesa dos servidores públicos estaduais, aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Sa. os protestos de elevado apreço e distinta consideração”.

DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 679/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os números 3478/75, de 15 de abril de 1975, e 1929/75, de 12 de março de 1975, 5640/76, de 23 de junho de 1976 e 6475/76, de 20 de julho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

tendo em vista o parecer emitido pela Comissão criada pela Portaria número 157/76, conceder aos funcionários RAUL

WOLF, matrícula número 321, JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, matrícula número 350, FRANCISCO BUBNIAK, matrícula número 367, JOÃO CRUZ, matrícula número 209, SOLON FONTOURA RODRIGUES, matrícula número 407, JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula número 392, HAROLDO DO NASCIMENTO, matrícula número 160 e LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula número 161, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de vida ou saúde, no valor de um terço (1/3) dos respectivos vencimentos, nos termos do disposto no Art. 172, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, combinado com o disposto no Decreto número 14.177, de 19 de fevereiro de 1964, que regulamenta a matéria.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 14/12/76.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário